



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A AGENDA VERDE CHINESA E A QUESTÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: Os desafios e os dilemas na agenda ambiental entre Brasil e China.

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 2: (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidades

RESUMO (caixa alta, negrito, tamanho 11)

O artigo analisa a agenda ambiental chinesa e sua inserção na relação diplomática com o Brasil no século XXI. Surge a partir da compreensão de que as revoluções industriais alteraram profundamente a relação sociedade-natureza e que a China, ao se industrializar tardiamente e de forma acelerada após as reformas de Deng Xiaoping, apresentou crescimento econômico acompanhado de intensos impactos ambientais. A partir de 2013, com a ascensão de Xi Jinping, emerge a proposta da Civilização Ecológica e da construção do conceito de “China Bela”, buscando à conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que o país se destaca entre os maiores emissores globais. Metodologicamente, foi realizada pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, baseada na análise dos 13º e 14º Planos Quinquenais chineses, declarações conjuntas Brasil-China e documentos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Os resultados demonstram convergência diplomática entre os países na defesa da responsabilidade compartilhada, justiça climática e cooperação tecnológica, incluindo monitoramento ambiental por satélite, reflorestamento e transição energética. Porém, identificam-se contradições entre discurso sustentável e práticas associadas ao crescimento econômico, especialmente no caso chinês, ainda dependente de combustíveis fósseis. Conclui-se que a agenda ambiental fortalece o bilateralismo e consolida as duas nações como atores relevantes no debate climático global, embora tenha desafios estruturais para implementar o desenvolvimento e preservação ambiental.

Palavras-chave: China; Brasil; Geopolítica; Desenvolvimento Sustentável; Civilização Ecológica.

INTRODUÇÃO

As revoluções industriais transformaram as relações do homem com a natureza e reorganizou a maneira como as coisas funcionavam no planeta terra, as nações europeias experimentaram um processo lento e construtivo de seu desenvolvimento industrial, porém, o modelo de aplicação não foi generalizado e nem atendeu igualmente as nações de outros continentes. Assim surge a nação estudada no presente trabalho, a China, que teve seu processo de industrialização relativamente tarde, se comparado com as nações europeias, por exemplo, já que o grande salto da industrialização veio já no século XX, e se aprimorou significativamente a partir das grandes reformas estruturadas por Deng Xiaoping no final da década de 70 (Wood, 2022; Pomar, 2003; Sanders, 1999).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A nação asiática ao se lançar como um polo industrial e entrar na busca pelo desenvolvimento acelerado, que é característico de seu planejamento estratégico, passou por uma profunda transformação em sua relação com a natureza, o que elevou a um crescimento dos indicadores de danos ambientais, colocando a China como uma das maiores poluidoras do século XXI. Com a chegada de Xi Jinping no poder, em 2013, vem junto um movimento de construção da China Bela, que envolve uma atenção profunda as questões ambientais e inclui a aplicação do conceito de Civilização Ecológica, tendo bases teóricas diversas, porém, remodelado para manter o ritmo do desenvolvimento chinês (Barbosa, 2023; Wu; Liu, 2021).

Dessa forma, a nação passou a se posicionar no cenário geopolítico como um ator central, com seu posicionamento nas questões ambientais e uma nova maneira de relacionar a sociedade e a natureza, de uma forma possível e que mantenha um ritmo sustentável. Além disso, quando as nações, ao final dos anos 60 começaram uma série de debates sobre os problemas ambientais, especialmente a partir do relatório chamado “Os limites do crescimento”, de 1972, ficou evidente que a solução do problema não pode ser individual, que era necessária uma atuação coletiva de todas as nações para que os resultados fossem significativamente eficientes, e a proposta externa da China enquanto posição central nesse debate, envolve a criação de uma rede internacional de sustentabilidade e proteção ambiental, protegendo a natureza e permitindo o desenvolvimento de nações, envolvendo projetos como a substituição das matrizes energéticas e o reflorestamento de regiões desérticas em outros continentes (Barbosa, 2023; Wu; Liu, 2021)

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é analisar como a agenda ambiental chinesa se apresenta na relação diplomática com o Brasil. Para isso, será analisado documentos de ambos os governos, como os planos quinquenais da China, as declarações em conjunto dos encontros dos líderes, e documentos publicados pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), entre outros disponíveis nos sites oficiais dos respectivos declarantes, além de análise bibliográfica a partir dos clássicos e de obras referências. O presente debate se faz necessário a partir da dualidade do tema, entre uma nação que busca ser ambientalmente adequada, ao mesmo tempo em que se encontra enquanto uma das nações mais poluidoras do mundo. A importância se faz pela parceria estratégica com o Brasil, e que tem reflexo na agenda ambiental das nações, tendo desde o começo do século XXI inserido a pauta ambiental nas relações diplomáticas, ganhando mais espaço a partir de 2013 com a Chegada de Xi Jinping e a questão da Civilização Ecológica.

METODOLOGIA

Para obtenção dos resultados desejados foi realizado a análise de documentos oficiais que possibilitassem a observação da agenda ambiental da relação Sino-brasileira, órgãos relacionados a diplomacia, como a leitura dos Planos Quinquenais emitidos pelo governo chinês, tendo sido analisado o 13º (2016 – 2020) e o 14º Plano Quinquenal (2021 – 2025). A ideia inicial envolvia realizar a leitura do 15º Plano (2026 – 2030) para uma

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.unir.br/vcongeo2026)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

análise do que estava sendo estruturado para os próximos anos, porém a data da publicação do Plano será em março/2026. Outros documentos governamentais também foram consultados, como as declarações em conjunto entre o governo brasileiro e o chinês, para observar como o planejamento e os investimentos em áreas de proteção ambiental estão sendo realizadas entre as duas nações, que no cenário internacional das grandes discussões ambientais, vêm ganhando papéis centrais no debate, assim, é possível observar até onde o discurso sustentável é real e até onde é falácia, permitindo a observação da contradição da narrativa.

Por último, a análise das informações coletadas nos documentos será relacionada com publicações de destaque na área, com leituras sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sobre a geopolítica e a geopolítica ambiental, e sobre a civilização ecológica, ou ecocivilização com características chinesas, como costuma ser mencionado por Xi Jinping. A leitura das obras referências foram avaliadas a partir do impacto da publicação, tendo como base as citações, e outras selecionadas a partir de alguma pontualidade, como uma nova possibilidade de interpretação de um ponto observado na leitura dos documentos.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir da análise dos documentos publicados pelo próprio governo chinês, é possível observar a narrativa de uma nação ambientalmente positiva, com indicadores que expressam o desejo em ter uma relação harmoniosa com a natureza, e isso é observado a partir das atribuições de conceitos, como a aplicação da Civilização Ecológica, ou Ecocivilização. Xu et al. (2023) conceitua o termo como “um meio de alcançar a harmonia entre a humanidade e a natureza em um contexto moderno” (Xu et al., 2023, p. 1896), conceito esse que foi adotado pela China e utilizado nos documentos a partir de 2007 e sendo oficializado a partir de 2013 com Xi Jinping. Isso complementa a construção da China Bela, conceito criado para tratar de um modelo de país que tenha uma qualidade de vida adequada, e uma relação harmônica com a natureza. No cenário internacional dos debates ambientais, a China e o Brasil passam a ser atores principais na discussão, cada uma com sua respectiva importância. A China enquanto uma nação que estabelece metas ambiciosas para a construção de uma economia verde, e expostos nos planos quinquenais, e o Brasil enquanto uma nação de riquezas naturais, com uma gigante biodiversidade. A partir disso, os dois países estabelecem uma agenda ambiental intensa e bilateral, com focos direcionados e sempre com ênfase nas temáticas de sustentabilidade e nos desafios de como realizar um desenvolvimento sustentável.

No documento intitulado Declaração Conjunta Sobre a Formação Conjunta da Comunidade de Futuro Compartilhado do Brasil-China Por Um Mundo Mais Justo, de 2024, as duas lideranças dos países discutiram sobre temáticas diplomáticas para um mundo mais justo e sustentável, e algumas pautas estratégicas de desenvolvimento verde ganharam ênfase, como as estratégias para redução da emissão de carbono, projetos de reflorestamento para aumento da área florestada e redução do uso de

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

combustíveis fósseis. A questão do carbono é o principal dilema para as nações em desenvolvimento e as que buscam se industrializar, e a China carrega um peso maior por ser uma das maiores emissoras do gás no mundo, por isso estabelece sempre metas buscando a neutralidade. No 14º Plano Quinquenal (2021-2025) o Partido Comunista Chines estabeleceu uma meta de longo prazo para buscar essa neutralidade de carbono, tendo o ano limite para isso 2060, tendo a previsão de atingir o pico de emissão em 2030. Ao mesmo tempo, China e Brasil possuem um posicionamento político que se assemelha no tratamento internacional do tema. O Centro Brasileiro de Relações Internacionais, a CEBRI (2021) indica que as duas nações propõem o princípio da responsabilidade, onde o modelo de compensação seja justo em relação ao percentual de dano causado, enquanto Wachholz e Ávila (2025) complementa, indicando que há a necessidade de incluir no debate todas as nações envolvidas, dando voz também para as nações em desenvolvimento.

Dessa forma, a China traz para a sua agenda no século XXI questões ambientais em um posicionamento de destaque, propondo através de suas metas um futuro mais sustentável, e lança nas relações bilaterais que estabelece com outras nações, fundamentos semelhantes. Wachholz e Ávila (2025) indicam que a luta contra a emissão de carbono é expressa em projetos de grandes valores monetários, como a iniciativa *Tropical Forest Forever Facility*, que tem como um dos objetivos a captação monetária de fundos internacionais para a proteção das florestas tropicais, e o reflorestamento é um tópico de interesse do governo chinês, que em suas metas estabelecidas no 14º Plano Quinquenal, apontam para um aumento da cobertura florestal para 24,1%, tendo ganhado destaque a partir do projeto intitulado “Grande Muralha Verde”, e que tem sido pauta de destaque nos encontros oficiais, devido a vasta extensão da cobertura florestal em território brasileiro. A agenda ambiental estabelecida pelas duas nações se intensificou e fortaleceu os laços diplomáticos e bilaterais. O Desenvolvimento Sustentável teve seu conceito original estabelecido a partir do Relatório Brundtland (1987), se refere a relação do crescimento com os recursos naturais, fundamentais para o desenvolvimento estatal, estabelecendo limites para o desenvolvimento, garantindo que seja utilizado os recursos de uma forma em que as próximas gerações também tenham acesso a esse recurso, ou seja, um uso controlado e limitado para que não se acabe.

No documento intitulado Declaração Conjunta Brasil-China sobre o Combate às Mudanças Climáticas, emitido em 2023, os presidentes reforçaram a necessidade de ações ativas, além de propor o ano de 2050 como o ano teto da busca pela neutralidade climática. A busca pelas metas propostas envolve sempre a cooperação tecnológica e científica, como foi por exemplo com o lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) que permitiu um monitoramento mais sofisticado e atualizado da região amazônica. O documento também teve como foco alguns temas relacionados a transição energética, que veio ganhando destaque nos encontros da segunda década do século XXI. O tema é de interesse de ambas as nações, como observado no 14º Plano Quinquenal chinês, onde as metas que se relacionam a matrizes energéticas, envolvem a redução do uso do carvão e uma

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

porcentagem cada vez maior de energias renováveis, principalmente a solar, visto que a China representa 30% da energia solar do mundo (CEBRI, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e China se posicionam no cenário geopolítico internacional com uma aliança estratégica importante, as duas nações buscam uma justiça climática mais eficiente e uma responsabilidade mais adequada ao dano real causado. Esse posicionamento é observado a partir da análise dos documentos, que cada vez mais expressam a busca por um ambiente mais sustentável e harmônico, como bem valorizado nas políticas. A civilização ecológica com características chinesa é uma proposta de relação do homem com a natureza, que permite o desenvolvimento da nação sem grandes prejuízos ambientais, e serve como um modelo que possa ser observado e talvez replicado por outras nações.

Os grandes desafios estabelecidos envolvem temas de resoluções complexas, como a substituição das matrizes energéticas. O Brasil se destaca nesse modelo, visto que já possui como matriz principal fontes limpas e renovável, enquanto a China, embora caminhe para este mesmo rumo, mas ainda possui um significativo percentual do uso de Carvão. Na nação asiática, o desenvolvimento se sobrepõe ao sustentável, embora a China de uma considerada atenção as metas da Agenda 2030, ainda tem como princípio o desenvolvimento, tendo um espaço maior nos Planos Quinquenais, como no 14º Plano, onde o documento estabelece 20 metas, sendo 5 sobre Desenvolvimento Verde.

Com relação ao Brasil, grandes projetos são financiados devido ao valor ecológico que a nação possui, indo além das questões de diplomacia entre as duas potências, o fator ambiente é um vasto diferencial. O compartilhamento de tecnologias e conhecimento é valioso, especialmente nos setores do agronegócio, visto que as duas nações se assemelham no intenso investimento nesse setor, representando um percentual significativo das exportações e da participação no total do PIB.

A análise dos documentos se mostrou uma ferramenta válida e importante para a compreensão, pois expressa diretamente a vontade e o caminho que irá seguir o governo, especialmente os Planos Quinquenais que são documentos emitidos para organizar o planejamento territorial do Estado, e as metas definidas. Nele se encontra todos os planos para todos os setores considerados estratégicos, e a partir disso é possível observar como está sendo estruturado e planejado as questões ambientais para uma das nações que nos últimos anos mais poluiu o planeta.

Assim, para finalização é importante destacar a necessidade de estudos relacionados as contradições do discurso, pois, embora tenha a pauta da sustentabilidade presente em quase todos os documentos produzido entre Brasil e China nos últimos 12 anos, ainda há alguns projetos de fortes impactos ambientais, como a gigante Iniciativa Cinturão e Rota, que irá atravessar o continente da América do Sul, e a criação dos Data Centers no território nacional, pela quantidade de água que demanda para o seu funcionamento.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho. À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelo suporte institucional e pela infraestrutura acadêmica disponibilizada. Expresso também minha sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco, pela orientação, confiança e contribuições intelectuais ao longo de toda a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, C. D. **Planos quinquenais chineses (1º ao 14º): um panorama introdutório sobre seu funcionamento, história e análise de sua evolução.**

Fundação Perseu Abramo, 2025.

BRUNDTLAND, G. H. **Our common future world commission on environment and development.** 1987.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **XIV Plano quinquenal da China: Perspectiva para a cooperação Sino-Brasileira.** 2021.

Declaração conjunta Brasil-China sobre combate às mudanças climáticas.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-conjunta-brasil-china-sobre-combate-as-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A FORMAÇÃO CONJUNTA DA COMUNIDADE DE FUTURO COMPARTILHADO BRASIL-CHINA POR UM MUNDO MAIS JUSTO E UM PLANETA MAIS SUSTENTÁVEL. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-sobre-a-formacao-conjunta-da-comunidade-de-futuro-compartilhado-brasil-china-por-um-mundo-mais-justo-e-um-planeta-mais-sustentavel>. Acesso em: 10 jan. 2026.

POMAR, W. **A revolução chinesa.** Unesp, 2003.

SANDERS, R. **The political economy of Chinese environmental protection: Lessons of the Mao and Deng years.** Third World Quarterly. 1999, 1201-1214.

WACHHOLZ, L; ÁVILA, I. **Por um mundo mais justo e um planeta mais sustentável.** Rio de Janeiro: CEBRI, 2025.

WOOD, M. **História da China: O retrato de uma civilização e de seu povo.** Crítica, 2022.

WU, M; LIU, C.C. **What could and should ecological civilization education be?** Sustainability, v. 13, n. 21, 2021.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
[vcongeo2026.unir.br](https://www.unir.br/vcongéo2026)
www.even3.com.br/vcongéo-638599/